

# **“POR ONDE VAMOS, PORTUGAL?”: A AGITAÇÃO REVOLUCIONÁRIA DE 1975 NOS SEMANÁRIOS *EXPRESSO, O JORNAL E TEMPO***

PEDRO MARQUES GOMES<sup>1</sup>

Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa  
pedromarquesgomes@gmail.com

No verão de 1975, Portugal vivia um momento particularmente conturbado. Derubada a ditadura um ano antes, assistia-se a um confronto entre forças político-militares que defendiam projetos distintos para o futuro do país. Estava, pois, em causa a definição do tipo de regime a implementar.

Num período raro de “explosão” de acontecimentos – nas ruas, nos quartéis, nas fábricas, nos partidos, etc. – os *media* não se limitaram a noticiar. Envolveram-se e, por vezes, tomaram partido. Por isso, para uma melhor compreensão de uma realidade tão complexa como foi a do processo revolucionário nacional, é imprescindível o estudo dos conteúdos informativos então produzidos.

Neste artigo, analisamos textos jornalísticos de três semanários privados nacionais – o *Expresso*, *O Jornal* e o *Tempo* – tentando aferir de que forma estes se posicionaram no espectro político, no chamado «verão quente» de 1975.

<sup>1</sup> Doutorado em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, é investigador do Instituto de História Contemporânea e docente na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa.

## O AGITADO ANO DE 1975

A revolução de 25 de Abril de 1974 significou uma viragem na imprensa e no jornalismo português. Desde logo, ao pôr fim a mais de quatro décadas de censura. Depois, através das múltiplas transformações que vão ocorrendo: mudanças nas chefias, administrações e redações, na propriedade de muitos meios de comunicação social, criação de novos mecanismos de controlo e de órgãos de participação interna dos trabalhadores, entre outras.

Entre 1974 e 1975, a imprensa é o palco privilegiado de conflitos entre as forças em presença, intervindo em muitos deles. Alguns dos episódios mais emblemáticos desses anos envolvem os *media*, como os casos que vão ocorrer nos jornais *República* e *Diário de Notícias*, na *Rádio Renascença* ou a longa greve do *Jornal do Comércio* (Mesquita, 1987; Rebelo, 1994; Ribeiro, 2002; Gomes, 2014; Figueira, 2014).

Todavia, o ano de 1975 fica indiscutivelmente marcado pelos acontecimentos que envolvem a tentativa de golpe de 11 de Março<sup>2</sup>, significativos em termos de alterações político-militares. É institucionalizado o poder militar, com a criação do Conselho da Revolução (CR), verificando-se, a partir daí, uma preponderância da facção militar próxima do primeiro-ministro Vasco Gonçalves (que ficou conhecida como «gonçalvista») e um crescente protagonismo do Partido Comunista (Reis, 1994; Rezola, 2006).

A 26 de maio toma posse o IV governo provisório – composto por ministros do Partido Socialista (PS), Partido Comunista Português (PCP), Partido Popular Democrático (PPD) e Movimento Democrático Português (MDP) – que significa um alinhamento político à esquerda e reflete, “no essencial, um maior controlo do MFA e do setor gonçalvista sobre o Executivo”. Segundo António José Telo, “a deriva comunista tinha alcançado o ponto máximo” (2007: 128).

Os *media* e, particularmente, a imprensa são afetados pelas mudanças político-militares em curso. Desde logo, porque, pertencendo, grande parte deles, ao setor da banca, acabam por passar a domínio Estatal, por via das nacionalizações decretadas. Ocorrem, por essa altura, várias substituições nas administrações e direções de jornais, passando a estar identificadas com as forças em presença. Um caso paradigmático a esse respeito é o do *Diário de Notícias*, à época o diário com maior tiragem, que, depois de afastada a direção próxima do Partido Socialista (José Ribeiro dos Santos e José Carlos Vasconcelos), na sequência de um plenário de trabalhadores que lhes retira a confiança, tomam posse novos diretores

<sup>2</sup> Tratou-se de uma tentativa falhada de golpe de Estado, desencadeada pelo ex-Presidente da República, general António de Spínola.

ligados ao Partido Comunista (Luís de Barros e José Saramago). Como revelam os investigadores britânicos Jean Seaton e Ben Pimlott (1983: 102), os reflexos na orientação editorial do periódico são imediatos e evidentes:

A situação mais dramática (mas, também, a mais previsível) foi a do *Diário de Notícias*, o matutino de Lisboa de maior circulação, que tinha sempre seguido as posições do antigo regime. Em 1974, o *Diário de Notícias* transcrevia fielmente os procedimentos do congresso da União Nacional Portuguesa (o partido do governo). Em abril de 1975, reportava com a mesma calma e tom referencial os encontros da central sindical comunista, Intersindical. Os mesmos jornalistas escreviam da mesma maneira, com a mesma aceitação da autoridade política prevalecente.

Em suma, refere o relatório do Conselho de Imprensa relativo a este período, é notória “a influência e a manipulação partidária na imprensa, designadamente por elementos afetos ao Partido Comunista e a organizações de extrema-esquerda”<sup>3</sup>.

Jornalistas e outros trabalhadores do setor da Informação (revisores, gráficos, tipógrafos, etc.), envolviam-se nas lutas políticas em curso, transformando os jornais, por vezes, em palcos dessas lutas. Nos plenários de trabalhadores discutia-se acesamente a orientação dos periódicos, bem como o que deveria ou não ser publicado. Esse foi, aliás, um debate que marcou os *media*: a quem caberia a função de definir a linha editorial dos jornais? Diretores e jornalistas? Ou também outros trabalhadores?

Paralelamente, emerge a ideia de um jornalismo militante, noticiando ou silenciando acontecimentos e figuras de acordo com os projetos político-ideológicos que os jornais (e os jornalistas) defendiam. Naturalmente, houve vários casos em todos os jornais, de quem, num período em que era praticamente impossível a “neutralidade jornalística”, se esforçou por a praticar. Mas, no seu conjunto, podemos dizer, citando Mário Mesquita (1994: 364), que:

o monolitismo imposto aos órgãos de informação estatizados não tinha por vocação explicar ou persuadir, mas agitar e mobilizar. O comentário, a análise, a explicação não eram os seus métodos habituais. Recorria-se, de preferência, a processos como a prosa oratória e triunfalista, a repetição

<sup>3</sup> *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, p. 43.

dos chavões doutrinários, o silenciamento de acontecimentos relevantes, a transformação de boatos em notícia.

Também Helena Lima (2017: 392-393) defende que “a luta pela conquista de poder levou a inúmeras circunstâncias em que se cometeram atropelos ou que se procurou impor pela força o discurso único, particularmente no auge do gonçalvismo”. Os saneamentos políticos no *Diário de Notícias* (Gomes, 2014) ou a produção de leis que preconizavam mecanismos de censura *a posterior* (Gomes, 2015), apesar da existência de uma Lei de Imprensa (Fevereiro de 1975), considerada uma das mais liberais do mundo, são disso exemplos.

Neste contexto, novos periódicos vão surgindo, a partir de abril de 1975. Nasce, como observa António Telo (2007: 129), “um conjunto de novos jornais de várias origens, que rapidamente se afirmam com tiragens muito significativas e se tornam um exemplo de jornalismo inovador”. São, acrescenta Mesquita (1994: 379), títulos que, “abrangendo um vasto leque político, que ia da direita aos socialistas”, têm “como denominador comum o combate ao «gonçalvismo»”.

No fundo, trata-se de uma nova imprensa, privada, que apostava num tipo de jornalismo diferente do que então era, na generalidade, praticado, alcançando êxito junto dos leitores e posicionando-se, de forma clara, a nível ideológico. São criados o *Jornal Novo* (17 de abril), *O Jornal* (2 de maio), *Tempo* (29 de maio), *A Luta* (25 de agosto), entre outros. Antes, em 1973, surgira já o *Expresso*, dirigido por Francisco Pinto Balsemão (também acionista maioritário), jornalista desde a década de 1960 no *Diário Popular* e que integrava o grupo de deputados à Assembleia Nacional da chamada “Ala Liberal”, que entrara em rutura com o regime. A completar o leque de jornais privados de Lisboa, o velho *República*, criado em 1911, talvez o que melhor preconizou a oposição possível à ditadura, mas que, após o 25 de Abril, acabará por não resistir ao duro e mediático conflito que o envolve (Rebelo, 1994; Figueira, 2014).

## TRÊS SEMANÁRIOS NUM PAÍS EM REVOLUÇÃO

Assumindo-se como um contraponto à imprensa estatizada e ao panorama que descrevemos sucintamente, três semanários privados – *Expresso*, *O Jornal* e *Tempo* – não alinharam pelo tom elogioso com que era frequentemente tratado o primeiro-ministro e o PCP nas páginas dos jornais (sobretudo no *Diário de Notícias* e *O Século*). Projetos jornalísticos com óbvias diferenças, importa destacar algumas das suas particularidades.

Apesar de ter pouco mais de um ano de vida, o *Expresso* chega à revolução com uma posição de destaque na imprensa, uma tiragem que ultrapassa os 100 000 exemplares (em 1975 situa-se nos 150 000) e uma influência que “residia na força dos comentários e análises, quase sempre da autoria de Marcelo Rebelo de Sousa” (Figueira, 2007: 131), subdiretor do jornal (o outro subdiretor era Augusto de Carvalho) e que virá a ser deputado à Assembleia Constituinte, tal como Pinto Balsemão (diretor), pelo PPD, entretanto fundado. As instalações do semanário foram, aliás, a primeira sede do partido.

No que respeita ao cruzamento entre jornalismo e a atividade partidária no interior do jornal e o seu reflexo nos conteúdos, as opiniões dos diretores são divergentes. Marcelo Rebelo de Sousa defende que “no *Expresso* fazia-se, naqueles momentos, mais política partidária do que jornalismo” (cit in. Figueira, 2007: 132), enquanto Pinto Balsemão contesta essa versão: “eu sempre procurei separar as duas coisas bem. Aliás, tenho dito que sempre tive mais problemas com o partido por causa do *Expresso* do que com o *Expresso* por causa do partido” (cit in. Baptista, 2012: 329).

Inspirado nos britânicos *Sunday Times* e *The Observer*, publicou artigos de opinião de políticos como Sá Carneiro, Miller Guerra, Mário Soares, Salgado Zenha e Maria de Lourdes Pintassilgo, entre outros. De formato broadsheet, saindo aos sábados, o êxito do projeto foi de tal ordem que em novembro de 1975 foi criado o *Expresso Extra*, uma edição que saía à quarta-feira. Publicava também, todas as semanas, o *Expresso Revista*, juntamente com o jornal.

De acordo com João Figueira, o periódico fundado e liderado por Balsemão, foi “a mais influente e escutada voz do centro-direita” durante o processo revolucionário e “jamais se desviou um milímetro que fosse do seu principal objetivo de luta e oposição à onda de esquerda que dominava o país” (2007: 132). Para Pinto Balsemão, não havia dúvidas quanto a quem se opunha: “os novos-ricos ideológicos, o PCP e Vasco Gonçalves foram os principais adversários políticos do *Expresso*” (cit in. Figueira, 2007: 133).

Num contexto bem diferente do da criação do *Expresso*, em maio de 1975 surge um novo semanário, partindo da ideia de alguns camaradas de profissão, que se cruzaram em várias redações (essencialmente *Diário de Lisboa*, *A Capital*, *Flama*), de criarem um “jornal de jornalistas”, independente dos poderes político e económico. Então redator do *Diário de Notícias*, José Silva Pinto escreve num dos “«linguados»” de papel amarelado que eram usados para escrever os originais” do DN, “uma pergunta muito simples: E se fizéssemos um jornal com estes gajos?”. Acompanhava-a uma lista de nomes. O recetor, o seu colega “Beça

Múrias, escreveu outra lista, na qual, curiosamente, os nomes eram quase todos os mesmos”<sup>4</sup>.

A partir daí as reuniões informais para organizar o projeto vão acontecendo, estabelecendo-se que 60% da empresa criada pertencia aos 15 jornalistas fundadores – que, na verdade, não tinham capital para investir, pelo que trabalharam vários meses sem receber salários para realizar as suas partes – e 40% à Casa Viva Editora, que administraria a publicidade, promoção, vendas e assuntos comerciais da empresa. O grupo de redatores teria, assim, em exclusivo, a responsabilidade de definir e escolher os conteúdos a publicar e a linha editorial. Para diretor, é escolhido, de entre os fundadores, um dos jornalistas mais populares da televisão portuguesa: Joaquim Letria.

Oficialmente, o semanário chega às bancas a 2 de maio, mas começa a ser vendido na véspera, aproveitando o feriado do dia do trabalhador. As manchetes apelativas, quase sempre da autoria de Beça Múrias, o grafismo inovador, criado por João Segurado, a aposta nas reportagens de investigação e num jornalismo interpretativo são algumas das características mais destacadas d’ *O Jornal*, que chega a atingir tiragens de 100 000 exemplares.

Era, segundo João Figueira (2012: 24 e 27), um “semanário assumidamente de esquerda, mas sem qualquer colagem partidária”, estando “longe de utilizar a prosa militante e partidariamente empenhada de outros jornais”. Nas suas páginas, escreveram figuras como Luís de Sttau Monteiro, Fernando Namora, Salgado Zenha, Marcelo Rebelo de Sousa, entre outros. Abel Manta assinava os populares *cartoons* sobre a atualidade político-militar.

Também no mês de maio surge o *Tempo*. Fundado e dirigido por Nuno Rocha (*Diário de Lisboa*), é, desde que se sabe da sua preparação, apelidado de “conservador”. Algo a que o diretor respondia, comparando-o com a imprensa internacional:

ser conservador não constitui uma ideologia mas uma atitude, frente às circunstâncias. Um jornal pode ser conservador perante sucessivos regimes, pois basta que defenda as instituições vigentes e não pugne pela sua transformação. Aí está um jornal conservador. Vejamos exemplos concretos de jornais conservadores: *Le Monde*, *Times* e *Pravda* que são dos jornais mais respeitados do Mundo<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Constava nomes como os de Joaquim Letria, Afonso Praça, Pedro Rafael dos Santos, Francisco Sarsfield Cabral, Cáceres Monteiro, Santos, Fernando Gaspar e Joaquim Lobo. Cf. José Silva Pinto, “Génese de um jornal irrepetível”, in *Sítio do Clube dos Jornalistas*, 2015 [<http://www.clubedejornalistas.pt> consultado em Dezembro de 2016], p. 1.

<sup>5</sup> *Seara Nova*, novembro de 1974.

A redação integrava, por um lado, jornalistas que davam ainda os primeiros passos na profissão e, por outro, alguns mais experientes, caso de José Vacondeus (diretor-adjunto) e Peixe Dias (chefe de redação), que, tal como outros, tinha exercido a profissão nas colónias africanas. É criada uma sociedade de trabalhadores, composta pelos fundadores do periódico, mas aberta a novos acionistas.

O primeiro número do *Tempo* sai a 29 de maio, destacando-se, nas suas páginas, várias rúbricas que apelavam à participação dos leitores. A sua tiragem chega aos 100 000 exemplares no verão. Entre os seus colunistas, destacava-se Vera Lagoa (pseudónimo de Maria Armanda Falcão) que recupera um espaço de opinião que durante nove anos manteve no *Diário Popular*. Textos polémicos, onde criticava duramente figuras políticas e militares e onde chega a pedir a demissão do Presidente da República e do Primeiro-ministro. Também a coluna de Manuel de Portugal, um desconhecido leitor do jornal que começa a enviar textos para a redação e que passam a ser publicados semanalmente, se destaca pelo tom crítico, nomeadamente em relação a Vasco Gonçalves.

O *Tempo* envolveu-se em várias polémicas ao longo dos meses, como quando anuncia a publicação de uma entrevista a um elemento do ELP (Exército de Libertação de Portugal), organização de extrema-direita, criada pelo antigo subdiretor da PIDE, Barbieri Cardoso, estando ligada a Spínola. O semanário “vai ocupar o espaço do centro-direita”, tendo como público-alvo “uma direita e centro de direita mais conservadora e menos intelectual e cosmopolita que aquela que lia e se mantinha fiel ao *Expresso*” (Figueira, 2012: 27 e 29).

Todos eles serão alvo de duras críticas de Vasco Gonçalves, no célebre discurso que faz em Almada, em agosto. Chama-lhes “pasquins”, “libertinos da informação”, acusando-os de estarem “interessados em isolar a classe trabalhadora” e não no “socialismo”<sup>6</sup>. Algo que é, só por si, revelador do impacto destes (e de outros) jornais.

## O «VERÃO QUENTE» DE 1975 E A DEFESA DE LEGALIDADE DEMOCRÁTICA

Apresentados, em traços gerais, os três semanários, olhamos agora para os seus conteúdos. Contextualizando as notícias e os seus ângulos de abordagem, tentaremos compreender como estes jornais leem, criticam ou apoiam, dão relevo ou ignoram certos acontecimentos e figuras. Incluímos na nossa análise os edito-

<sup>6</sup> *Expresso*, 23 de agosto de 1975.

riais (a visão do jornal), artigos opinativos (exceto as colunas fixas) e artigos informativos, embora conscientes dos cruzamentos entre os vários géneros jornalísticos, nem sempre fáceis de determinar, sobretudo num período revolucionário.

Assim, crendo que, “através do discurso, as ideologias podem ser explicitadas em parte, e assim transmitidas, normalizadas ou legitimadas” (Dijk, 2005: 114), tomamos como referência a ideia de jornais enquanto “atores políticos”, utilizada, por exemplo, por João Figueira a partir de Héctor Borrat (1989). Segundo Figueira (2007: 89), ao analisarmos o papel dos jornais como atores políticos, “estamos a dizer que eles defendiam e prosseguiram objetivos políticos precisos e que a linha editorial de cada órgão de comunicação social visava servir de suporte a essa mesma finalidade”.

Faremos, essencialmente, uma análise interpretativa dos textos jornalísticos, escolhendo para tal dois momentos representativos, em termos políticos, do «verão quente» de 1975 – o abandono do PS do IV governo provisório e a queda desse Executivo; a constituição do Diretório, a divulgação do «Documento dos Nove» e a formação do V governo provisório<sup>7</sup> – e que, em nosso entender, nos ajudam a responder às seguintes questões: Foi o “combate ao «gonçalvismo” (Mesquita, 1994: 379) uma linha comum entre estes jornais? Como noticiaram a figura e ação de Vasco Gonçalves? Que futuro político defendiam para Portugal?

Após sair vitorioso nas eleições para a Assembleia Constituinte, a 25 de abril de 1975, o Partido Socialista ganha uma legitimidade democrática incontornável, que vai explorar nas semanas que se seguem. Como sustenta António Reis (1999: 56), o partido fará valer “na rua a força revelada no plano eleitoral”, uma vez que “se sentia legitimado para desempenhar um papel determinante na defesa de uma via democrático-pluralista contra a hegemonização da revolução por uma aliança entre o MFA e o Partido Comunista”.

Os episódios e confrontos multiplicam-se depois do comício do 1.º de Maio desse ano, em que o PS acusa a Intersindical de ter vedado o acesso à tribuna a Mário Soares, Salgado Zenha e Marcelo Curto, e a organização sindical – apoiada pelo PCP e outros partidos – a afirmar que os socialistas criaram um ambiente de tensão no evento, tornam evidentes as divergências entre as forças partidárias (Reis, 1994; Rezola, 2006). A este respeito, o conflito que envolve o jornal *República*, a partir de 19 de maio, é emblemático. Um episódio que, independentemente das interpretações quanto à sua origem e desenrolar – isto é, se se tratara de um conflito laboral ou político ou, porventura, com contornos de ambos – é mais um

<sup>7</sup> Foram analisadas as seguintes edições dos três jornais: *Expresso* (12/7/1975; 19/7/1975; 2/8/1975; 9/8/1975; 15/8/1975); *O Jornal* (11/7/1975; 18/7/1975; 1/8/1975; 8/8/1975; 15/8/1975) e *Tempo* (10/7/1975; 17/7/1975; 31/7/1975; 7/8/1975; 14/8/1975).



acontecimento que vai opor socialistas e comunistas (e outras forças políticas e militares, mas com menor protagonismo), naquela que era uma luta mais vasta pela defesa dos respetivos projetos políticos para o futuro do país. Para António Reis (1999: 56), não restavam dúvidas, “o caso *República* será a gota que faz transbordar o vaso”.

A radicalização de posições atinge o seu ponto mais elevado, entre as acusações mútuas de PS e PCP, o desenvolvimento dos casos *República* e Renascença e a aprovação, pelo Conselho da Revolução, do «Documento-Guia de Alianças Povo-MFA» que visava, “em última análise a «instauração do poder popular»” (Rezola, 2006: 276), que levarão a um momento de rutura na coligação governamental. A 10 de julho, os ministros e secretários de Estado socialistas abandonam o Executivo, que acaba por cair. O principal motivo evocado fora o facto de não ter sido respeitada a decisão do CR de devolver o jornal *República* à sua direção e redação, tal como preceituado na Lei de Imprensa. Naturalmente, os três semanários vão noticiar os acontecimentos e, sobre alguns deles, manifestar opiniões de forma mais ou menos velada.

A 10 de julho, o grande destaque da capa do *Tempo* é a Assembleia do MFA, que se realizara na véspera e na qual fora aprovado – entre outros – o já mencionado «Documento Guia». Ao centro, uma fotografia de Vasco Gonçalves, o grande protagonista da reunião, segundo o periódico. No editorial, referia-se o tema da atualidade e é nesse texto que o periódico revela, de forma mais clara, o seu posicionamento. Para o *Tempo* era evidente o “passo à esquerda” dado na Assembleia, tal como as “claras indicações de querer forçar a velocidade do processo revolucionário, levando-o o mais rapidamente possível para o socialismo”. E que socialismo seria esse? “o socialismo cubano”, onde se encontra o “primeiro «gérmen» do poder popular”. A base do esquema cubano era agora apontada como semelhante à aliança Povo-MFA, isto é, “o Partido no poder reforça, assim, a sua autoridade, tendo uma estrutura que faz subir da organização do povo as linhas dinamizadoras da força suprema”<sup>8</sup>.

Se dúvidas existissem quanto à posição do *Tempo* relativamente à proposta do «Documento Guia», ela fica evidente no último parágrafo do editorial. A oposição é revelada de forma taxativa e tem como base fundamental a defesa da democracia representativa e da via eleitoral. Ao reduzir o papel dos partidos políticos e da Assembleia Constituinte, o projeto contrariava claramente aquela que era a posição assumida pelo jornal. Assim, não espanta a sua reação:

<sup>8</sup> *Tempo*, 10 de julho de 1975.

Estas medidas, se reforçam a caminhada para o socialismo – e agora para o socialismo popular – não são de molde a animar aqueles que se batem ainda pela democracia quando esta se propõe obter do povo o voto da sua vontade. Este aspeto preocupa legitimamente os democratas, quaisquer que sejam os partidos em que militam<sup>9</sup>.

No dia seguinte, é a vez d' *O Jornal* chegar às bancas, trazendo, como seria de esperar, novidades relativamente ao semanário de Nuno Rocha. Isto porque, na noite anterior, os socialistas anunciaram a decisão de abandonar o IV Governo Provisório. Esta passa a ser a notícia do dia.

“Governo sem PS continua (até ver). PPD pede audiência a Costa Gomes”. O título, que ocupava todas as colunas da capa, antevia aquilo que há muito se especulava – a iminente queda do Executivo. Com a saída dos ministros socialistas, aventava-se, na notícia, a hipótese de atitude igual por parte dos representantes do PPD. Subtilmente, o semanário assinalava o “pluralismo” como característica dos dois partidos, o que poderia ser entendido como uma crítica, por exemplo, ao PCP e a Vasco Gonçalves que são ignorados nesta parte do texto. Escreve o jornal: “é de admitir que o PPD possa acompanhar a atitude do outro partido governamental [PS] que mais proximamente à sua posição defende o pluralismo”<sup>10</sup>.

É também feita referência à forma como a decisão do Partido Socialista é anunciada. Mário Soares obtém, neste contexto, grande protagonismo. Desde logo, porque é quem a anuncia, em primeira mão, num comício em Moscavide. A descrição feita pelo jornal afigura-se como favorável ao secretário-geral socialista, sublinhando, ainda que subtilmente, o seu carácter combativo. Falara “perante as centenas de pessoas que enchiam o pavilhão do Atlético Clube local”, num “tom emocional”, “com duras críticas ao PCP e ao MFA”, “apresentou uma panorâmica bastante pessimista da situação do país”. Os recetores da mensagem, os populares que assistiam ao comício, são referidos como “os privilegiados de Moscavide, que conheceram em primeira mão a decisão”<sup>11</sup>. Uma menção declaradamente elogiosa e que deixava patente a importância histórica conferida à atitude dos socialistas, aqui na figura do seu líder.

Anunciadas no topo da capa do semanário, as explicações oficiais do Partido Socialista são apresentadas de forma integral, o que, só por si, é também signifi-

<sup>9</sup> *Tempo*, 10 de julho de 1975.

<sup>10</sup> *O Jornal*, 11 de julho de 1975.

<sup>11</sup> *O Jornal*, 11 de julho de 1975.

cativo da relevância atribuída, até porque ambos os textos ocupam a quase totalidade de uma página do jornal. Assim, na página 32 (e última), publica-se o comunicado dos socialistas anunciando a saída do governo na sequência do já referido caso do jornal *República*, apresentando-se ainda um comunicado do Secretariado Nacional do Partido Socialista, lido na Assembleia Constituinte, pelo deputado Sottomayor Cardia.

Todavia, se o PS assume grande protagonismo nesta edição d'*O Jornal*, o seu editorial está longe de lhe ser favorável. Na verdade, o texto de opinião do periódico acaba por constituir uma ampla crítica partidária, lançando ainda farpas ao MFA (embora mais subtis). Isto porque a aprovação do «Documento Guia» é apresentada como consequência da atuação dos partidos políticos, que “tardaram em revelar-se autênticas vanguardas para largos sectores da população”, assim como “adotam uma prática de decisões cupulistas, tantas vezes tomadas à revelia das bases militantes”.

Perante a “inoperância dos partidos”, a solução encontrada com o «Documento Guia» afigura-se, assim, não como algo isento de análise e até de crítica, mas como um projeto que, apresentado como uma consequência do rumo da revolução, suscita algumas dúvidas:

É evidente que a nova fórmula, se por um lado decapita a esperança de sociais-democracias, e torna obsoleta uma constituição que ainda nem sequer começou a ser discutida pelos recém-eleitos deputados, poderá resolver tudo, mas para já não resolve nada – e deixa em aberto algumas interrogações<sup>12</sup>.

Em suma, um editorial marcado por uma certa inquietação, com críticas e questões lançadas em várias direções – e sem elogios claros e vinculados – mostra também um posicionamento de certo modo ambíguo por parte d'*O Jornal* (ao contrário do que se verificou relativamente ao *Tempo*) perante a atualidade político-militar.

Um dia depois, o *Expresso*, ignorando, na capa, a saída do PS do governo, destaca a Assembleia do MFA, publicando vários artigos sobre o assunto. Não se verificam propriamente comentários aos resultados da Assembleia, mas sim, sobretudo, uma descrição da forma como decorreu o encontro e do que fora discutido.

Num texto do redator Benjamim Formigo considera-se que a aprovação do «Documento Guia» é “uma vitória da linha revolucionária, com especial relevância para as unidades operacionais do COPCON”, sendo óbvias as consequências

<sup>12</sup> *O Jornal*, 11 de julho de 1975.

para os partidos políticos: “a partir de agora, os partidos tradicionais tornam-se um peso morto para a revolução”. Isto porque “a criação de Assembleia Populares, preconizadas no projeto de ligação Povo/MFA, levanta desde já a inutilidade de uma Assembleia Parlamentar clássica, pois, afirmam alguns dos defensores da presente proposta, ninguém melhor que o próprio povo poderá representar”<sup>13</sup>. Ou seja, a leitura do jornalista incidia no facto de este novo projeto político pretender reduzir drasticamente o papel dos partidos e do parlamento. Não fica, no entanto, explícita a posição do jornalista sobre o assunto.

Quanto à figura em destaque nessa edição do semanário, ela é, sem dúvida, Mário Soares, sendo publicado um longo texto acerca da conferência de imprensa em que justificara a saída do PS do governo. Em contraste, o PCP é motivo de um artigo algo crítico. A começar no título: “Constituinte: propostas do PCP podem acentuar clivagem”. Depois, o facto de duas propostas dos comunistas – de alteração do regimento da Assembleia Constituinte – a serem recusadas, poderem levar o PCP a “abandonar talvez definitivamente a Assembleia”. Em clara oposição ao enquadramento desta notícia, é feita referência ao PPD, escrevendo-se que este “põe condições” para se manter no Executivo<sup>14</sup>. Isto é, o PCP pode criar problemas (“acentuar clivagens”) enquanto o PPD procura soluções e, para tal, “põe condições”.

Na semana seguinte, a figura em destaque na manchete do *Tempo* é Mário Soares. Com direito a fotografia e introdução à entrevista que consta no interior, o título refere-se a uma das questões então mais mediatizadas – os boatos de golpes eminentes – desta vez apresentada com uma promessa tranquilizadora: “O Partido Socialista nunca dará pretextos para se fabricar qualquer espécie de intentona”. Na introdução à entrevista, o tom elogioso ao líder partidário é notório em frases como “o político que, nesta fase, mais aglutina atenções não só dentro do País como no estrangeiro”. A relevância que lhe é conferida é ainda mais evidente: “as opiniões do secretário-geral do PS tinham que ser registadas e transmitidas aos leitores”<sup>15</sup>.

Note-se ainda que a citação escolhida para título da entrevista, no interior do jornal, tem precisamente a ver com uma questão amplamente defendida pelo *Tempo* – a importância do ato eleitoral (Soares afirmara: “não queremos chegar ao poder a não ser por via democrática”). Podemos dizer que, tanto este título, como o que consta da capa, parecem convergir no sentido de recusar a chamada “legitimidade revolucionária” ou atitudes mais radicalizadas ou extremadas, como seja

<sup>13</sup> *Expresso*, 12 de julho de 1975.

<sup>14</sup> *Expresso*, 12 de julho de 1975.

<sup>15</sup> *Tempo*, 17 de julho de 1975.

um golpe. Porventura, porque tanto o PS como o *Tempo* tinham o objetivo comum de arredar da opinião pública essas posições, defendendo um projeto político diferente para o país. Talvez não exatamente o mesmo, mas em que confluem em algumas das questões principais, sendo óbvia a da defesa da via eleitoral e a recusa de mais golpes de Estado.

O editorial do semanário é dedicado a uma figura militar. Costa Gomes é largamente elogiado neste texto, sendo evidente a valorização da sua ação. Para o periódico, “a história há-de revelar-nos o papel que este militar de carreira, que foi sempre político (...) tem desempenhado no tumultuoso processo revolucionário português”<sup>16</sup>. É escrito que o general desenvolve um “grande esforço”, “mede cuidadosamente as situações”, “tenta pôr termos às dissensões”, sendo apresentado como o seu principal objetivo “conduzir o País pela via pacífica que todos os portugueses desejam.”

Costa Gomes é a primeira figura objeto de tratamento tão elogioso em editoriais do jornal, desde o seu primeiro número. Eventualmente, porque já se percebe o papel que o Presidente da República teria nos tempos que se avizinhavam, sobretudo tendo em conta a iminente queda do governo. Por outro lado, não é de inferior importância o facto de o semanário referir que Costa Gomes pretendia encontrar “uma plataforma que fizesse retomar o País à legalidade política”, dando a entender que o general defendia um projeto político para o país semelhante ao do jornal. Isto apesar de o Presidente ter, uma semana antes, apelado “à coesão em torno do projeto revolucionário” (Rezola, 2006: 280).

Note-se ainda que, neste editorial, o *Tempo* revela, uma vez mais, a sua posição perante os acontecimentos da atualidade política. Com a possibilidade de o PPD também abandonar o governo, o semanário é taxativo ao sustentar que Costa Gomes deveria “dissolver o IV Governo Provisório e recompô-lo de outra forma”<sup>17</sup>.

O *Jornal* chega às bancas no dia seguinte e também com o secretário-geral socialista na capa. Soares encontra-se em grande destaque no semanário, com uma longa entrevista, conduzida por Joaquim Letria, que inclui uma citação sua como título: “O PS não está na oposição”. Na mesma capa, mas com um relevo bastante mais diminuto, o ataque do PCP aos socialistas: “O PS colabora na escalada da reação”. No interior, no espaço da entrevista, Soares ocupa a quase totalidade das páginas 2 e 3, sendo o espaço restante – muito reduzido – reservado às posições manifestadas pelo PCP (através de Joaquim Gomes, membro do Comité Central) e do PPD (por Emídio Guerreiro, secretário-geral). Na mesma semana,

<sup>16</sup> *Tempo*, 17 de julho de 1975.

<sup>17</sup> *Tempo*, 17 de julho de 1975.

Soares em destaque – e a ser entrevistado – nas capas de dois semanários. No *Expresso*, será entrevistado por Pinto Balsemão apenas na semana seguinte<sup>18</sup>.

Com um tom preocupante, o editorial d'O *Jornal* refere-se à revolução portuguesa como estando em “perigo”. Neste texto, muito embora se sublinhem os “ataques constantes de vária ordem”, as “práticas violadoras de legalidade revolucionária” ou os “insultos”, a tónica parece ser colocada na necessidade de entendimento “entre forças que ainda há menos de um ano e meio combatiam lado a lado, às vezes até fraternalmente, contra o fascismo”. Clarificando, “não se pode agora compreender que se transformem em inimigos os que já foram, e até parece que em muitos aspetos poderiam continuar a ser, companheiros de jornada”. Uma referência aos militantes socialistas e comunistas que, antes de 1974, se empenharam na luta contra o Estado Novo.

Sublinha-se ainda a urgência de uma mudança de atitudes, deixando clara a importância conferida ao poder militar em todo o processo. Em suma, defendendo uma “ordem democrática” no sentido de que se “caminhe em paz na construção do socialismo”, O *Jornal* considera que para a prossecução desse objetivo torna-se indispensável a existência de uma união “em torno de um MFA e de um Conselho da Revolução cuja própria unidade é um elemento básico do processo”<sup>19</sup>.

Já nas páginas do *Expresso*, dá-se conta de que o comício do PS no Porto decorreu “sem incidentes” e que o “Estádio das Antas estava completamente cheio e havia muita gente nas suas imediações que não conseguira entrar”. Os socialistas dominam a manchete do periódico. Quanto à formação de um novo Executivo, o semanário de Pinto Balsemão avança que há uma “tendência crescente para governo de «Unidade Nacional»”. Finalmente, num longo artigo sobre o Partido Comunista, Vicente Jorge Silva expõe algumas das suas fragilidades. Sublinhando que “a estrutura organizativa leninista que nele sobrevive não funciona em termos eleitorais”, sintetiza:

É nestas circunstâncias que o PCP se vê confrontado já não apenas com questões fundamentais de ordem estratégica e tática, mas com qualquer coisa de ainda mais decisivo: a sua própria natureza e a sua função histórica, face a um processo que as põem, a ambas, frontalmente em causa. Entre a espada da revolução e a parede da história<sup>20</sup>.

<sup>18</sup> *Expresso*, 26 de julho de 1975.

<sup>19</sup> O *Jornal*, 18 de julho de 1975.

<sup>20</sup> *Expresso*, 19 de julho de 1975.

Sobre esse fim-de-semana, escreve o semanário uma semana depois, não hesitando em mencionar o nome do Primeiro-ministro, de forma negativa: “atingiu o seu ponto mais alto a crise governativa, centrada na pessoa do Primeiro-ministro, general Vasco Gonçalves”<sup>21</sup>.

No contexto da queda do IV Governo Provisório e da consequente crise político-governamental, várias mudanças vão ocorrer nos centros de poder. As divergências entre fações militares e partidos políticos dificultavam as mais do que nunca necessárias estabilização governativa e definição de um rumo consensualmente aceite para o futuro do país.

Depois de, a 23 de julho, o conselheiro da revolução Vasco Lourenço ter dado o primeiro passo para a “contra-ofensiva” ao primeiro-ministro, sendo aprovada, em Assembleia do Exército, uma moção pedindo a sua demissão (Reis, 1994), dois dias depois Vasco Gonçalves ganha vantagem. Em Assembleia do MFA, apresenta uma proposta de constituição de um Diretório – constituído por ele próprio, pelo Presidente da República e por Otelio Saraiva de Carvalho – para o qual passariam os principais poderes do Conselho da Revolução. Na prática, tal significava “a marginalização do sector moderado do MFA”, que se recusa a compactuar com o esquema proposto (Reis, 1999: 33). Surgem, então, vários apelos (do PS, PPD e de outros) à formação de um governo de salvação nacional, que implicaria o afastamento de Vasco Gonçalves.

O Diretório – ou Troika, como também é conhecido – acabará mesmo por ser formado, mas o CR “limita-se a delegar-lhe os seus poderes e não a conferir-lhos irreversivelmente”, o que não impede a precipitação de uma “rotura entre as diferentes correntes que, há muito, se desenhavam no MFA, representando um fator central para a autonomização do Grupo dos Nove” (Rezola, 2016: 174). Com este cenário, as conversações para a formação de um novo Executivo, já iniciadas, complicam-se.

Como se disse, PS e PPD opunham-se à permanência de Vasco Gonçalves e recusam-se a integrar o V governo. Os militares moderados preparam, de imediato, um documento onde expressam as suas ideias em total rutura com o «gonçalvismo». Apresentado a 7 de agosto ao Presidente da República, o «Documento dos Nove» é, ao mesmo tempo, distribuído pelos quartéis e divulgado na imprensa, a começar pela edição, em exclusivo, do *Jornal Novo* especialmente preparada para o efeito.

Os nove oficiais do CR – Melo Antunes, Vasco Lourenço, Canto e Castro, Vítor Crespo, Costa Neves, Vítor Alves, Franco Charais, Pezarat Correia e Sousa

<sup>21</sup> *Expresso*, 26 de julho de 1975.

e Castro – defendem então uma via alternativa para o país, organizando o seu documento em seis pontos fundamentais. Rejeitando as propostas tanto de «gonçalvistas» como de Otelo, os «Nove» preconizavam “uma transição gradual, uma nova via de um socialismo assente na democracia política e numa ampla base social de apoio”, refere Maria Inácia Rezola (2006: 352). Rapidamente muitos outros militares vão subscrever o projeto político, que tem como resultado imediato a suspensão dos seus autores do Conselho da Revolução, por ordem do Diretório (ainda que com a oposição de Otelo).

A partir de então “a contra-ofensiva dos Nove começa por jogar uma aliança tática com Otelo, a fim de isolar o grupo gonçalvista” (Reis, 1994: 35). Porém, mesmo fortemente contestado, Vasco Gonçalves e o seu V governo recebem luz verde do Presidente da República, tomando posse a 8 de agosto. No mesmo dia, Mário Soares publica uma carta aberta a Costa Gomes, argumentando que Portugal se encontrava “perto do abismo”, em mais uma manifestação contra o primeiro-ministro<sup>22</sup>.

A 31 de julho, o tema em destaque no *Tempo* não poderia deixar de ser o resultado da Assembleia do MFA de dia 25 (constituição do Diretório): “as duas vias possíveis para a revolução portuguesa continuam a ser as da democracia e do diretório, o que equivaleria neste caso, a uma ditadura”. Isto é, a afirmação, sem equívocos, de que o semanário se opunha à formação do Diretório. Num outro artigo – sugestivamente intitulado “os problemas da Troika” – novas críticas traduzem a mesma visão sobre os resultados da Assembleia:

Acontece, de facto, que as decisões tomadas nas últimas Assembleia do MFA, aparecem profundamente desenraizadas e desfasadas da realidade política que as condiciona. A análise das questões é efetuada por um prisma demasiado estreito que leva muitas vezes a conclusões inaplicáveis na prática, ou, pelo menos, só possíveis da aplicação através de uma alteração radical das estruturas político-sociais<sup>23</sup>.

Mas se o Diretório é alvo de apreciação negativa pelo semanário, há uma figura que, pelo contrário, recebe elogios. Trata-se uma vez mais do Presidente da República, cujo discurso na Assembleia do MFA é descrito como “uma chamada à reflexão, um apelo à serenidade, uma análise consciente ao momento que atravessamos”. Ainda que integrando o Diretório, Costa Gomes era incluído,

<sup>22</sup> *Jornal Novo*, 8 de agosto de 1975.

<sup>23</sup> *Tempo*, 31 de julho de 1975.



pelo periódico, no grupo dos “moderados” e, por isso, encontrava-se na linha política que o jornal há muito defendia. Não deixa, por isso, de aproveitar o discurso do Presidente para apontar novamente o dedo aos que se opunham a essa linha: “ninguém pode ter ficado com dúvidas de que Costa Gomes pretende utilizar o seu espírito moderativo e a influência de que goza nos meios militares para refrear os ímpetos revolucionários que alguns sectores pensam dever ser aplicados no caso português”<sup>24</sup>.

No dia seguinte, chega às bancas *O Jornal* e, com ele, uma análise mais informativa do que opinativa ou especulativa acerca do “triunvirato”. O jornalista Hernâni Santos assina um texto onde expõe os diversos pensamentos em confronto acerca do tema, não indo além, do ponto de vista da sua própria interpretação dos factos, da consideração de que “será, portanto, interessante acompanhar a evolução deste regresso primitivo ao Programa do MFA, por tantos considerado ultrapassado, em face da aceleração que tomou a revolução portuguesa”<sup>25</sup>.

Num outro artigo, porém, Cáceres Monteiro, partindo da constatação de que o Diretório “congrega as diversas tendências surgidas no seio do MFA e nele surgirão as contradições do nosso processo revolucionário”, acaba por levantar algumas interrogações. Na verdade, pairavam várias incógnitas acerca da sua atuação e é nisso que o semanário se centra. “Este triunvirato, que vai fazer? Criar as condições para que o proletariado venha a governar? Ou tentar desesperadamente levar a burguesia a governar ainda?”, foram algumas das questões colocadas. De qualquer forma, não é possível afirmar que existia uma rejeição deste novo órgão de poder por parte do periódico, nem sequer um tom especialmente crítico, mas tão somente uma atitude de cautela.

No *Expresso*, Marcelo Rebelo de Sousa assina um artigo de duas páginas intitulado “três longas semanas à procura dum governo perdido?”. Nele, não poupa Vasco Gonçalves, destacando as suas “contrariedades”, o seu objetivo de “permanecer primeiro-ministro” ou atribuindo-lhe “um certo maquiavelismo político”. Escreve o jornalista:

Vasco Gonçalves revelava, perante as contrariedades, duas qualidades para muitos inesperadas: – uma persistência tenaz na prossecução do seu objetivo de permanecer Primeiro-ministro, com um novo governo; – uma maleabilidade de negociação, marcada por um certo maquiavelismo político<sup>26</sup>.

<sup>24</sup> *Tempo*, 31 de julho de 1975.

<sup>25</sup> *O Jornal*, 1 de agosto de 1975.

<sup>26</sup> *Expresso*, 2 de agosto de 1975.

Mais à frente, afirma a ligação entre o Primeiro-ministro e o PCP e, de algum modo, acusa-o de manipular os *media*. Para o *Expresso*, o principal apoiante do governo era, sem dúvida, o Partido Comunista:

É preciso, no entanto, não esquecer que, durante estas vicissitudes, contou sempre com o apoio indefetível do PCP, e utilizou, com larga soma de meios, os órgãos de informação oficiosos na criação de correntes emocionais favoráveis ou desfavoráveis a certas hipóteses políticas e pessoais<sup>27</sup>.

Publicado um dia depois da divulgação do «Documento dos Nove» no *Jornal Novo*, *O Jornal* escolhe o assunto para a capa, incluindo fotografias de quatro desses militares (Melo Antunes, Vasco Lourenço, Vítor Crespo e Vítor Alves. No interior do periódico encontravam-se fotografias dos restantes) com o título “«moderados» do MFA tomam posição de força”. Ainda que se depreenda um apoio aos «Nove» – em parte pelo destaque que lhe dá (publica-o na íntegra) mas também por algumas opiniões veiculadas – a verdade é que o semanário não deixa de mostrar alguma apreensão quando ao futuro: “Se a proposta agora apresentada for aceite pelo Povo, esperemos que não se perca de vista a Revolução, que o mesmo Povo tem cada vez mais de pensar em fazer pelas suas próprias mãos”. No interior do jornal, Rui Pimenta explica, num texto informativo, as motivações do grupo para a escrita do documento no contexto da queda do IV governo.<sup>28</sup> Mas talvez outra passagem seja ainda mais significativa da forma como a equipa de Joaquim Letria olhava para o «Grupo dos Nove». Sugerindo que Mário Soares (e o PS) se estivesse a aproveitar politicamente da sua tomada de posição, *O Jornal* tece alguns elogios aos militares: “Nenhuma estratégia política pode justificar o aproveitamento de um documento cujo conteúdo poderá ser posto em causa, mas cujas intenções, parece-nos, possuem a dignidade e a honestidade da coragem de analisar responsabilmente as situações difíceis”<sup>29</sup>.

Na semana seguinte, *O Jornal* era mais claro quanto à sua posição. Considerava – colocando mesmo em capa – o documento “a necessária pedrada no charco de uma governação que se deixou encaminhar bastante pela ficção de algumas ilhas mais ou menos bem sucedidas, dentro daquilo que poderia ser apontado

<sup>27</sup> *Expresso*, 2 de agosto de 1975.

<sup>28</sup> *O Jornal*, 8 de agosto de 1975.

<sup>29</sup> *O Jornal*, 8 de agosto de 1975.

como um esquema socialista tradicional”. Ainda assim, apelava à ação, sustentando: “só com documentos a gente não se governa”<sup>30</sup>.

O *Tempo*, por sua vez, no dia 7, antes da saída do documento dos moderados, escolhe para título de capa uma frase que parecia quase combinada com o da semana seguinte. A “o país espera uma solução”<sup>31</sup>, junta-se “esta [o «Documento dos Nove»] é a verdadeira interpretação progressista da revolução portuguesa”, citação de Pizarat Correia publicada no dia 14. O semanário de Nuno Rocha revela-se um inequívoco apoiante da proposta e isso é perceptível, por um lado, porque escolhe para manchete uma entrevista (com fotografia) a um dos seus principais subscritores; depois porque publica, ao lado, uma notícia onde é destacada a sua aprovação em 80% das unidades do país; e, finalmente, porque o editorial é escrito de uma forma bastante elogiosa para o grupo, considerando que o texto “representa o estado de reflexão a que chegavam diversos oficiais rigorosamente identificados com os 25 de Abril e que tiveram a patriótica coragem de dizer «não» a certos aspetos da condução do governo”<sup>32</sup>.

Era também visto como uma solução para superar a crise vivida, na medida em que era “um projeto político destinado a corrigir certos desvios do programa inicial do MFA e a acompanhar constatações revolucionárias da vida prática”. Em suma, segundo o semanário, o país estava perante duas possibilidades políticas, entre as quais teria de optar:

ou implementamos o socialismo como na Rússia em 1917, através da repressão, do corte abrupto das liberdades, das perseguições, de sofrimentos e de lutas, ou implantamos o socialismo em liberdade, de acordo, aliás, com o quadro social e do mundo em 1975.<sup>33</sup>

Quanto ao V governo, a sua durabilidade é, uma vez mais, posta em evidência. “Por quanto tempo estaremos «de passagem»?”, era a pergunta escolhida para título de um artigo não assinado. Uma pergunta que “persiste a nível nacional”, lia-se. O panorama não era, de todo, animador segundo o semanário, para o qual se vivia um “estado de efervescência”: “não se atravessa uma situação tranquila, estável, duradoura”. Mencionando que o governo é, no essencial, constituído por figuras próximas de Vasco Gonçalves, volta a referir: “os membros que constituem o pre-

<sup>30</sup> *O Jornal*, 15 de agosto de 1975.

<sup>31</sup> *Tempo*, 7 de agosto de 1975.

<sup>32</sup> *Tempo*, 14 de agosto de 1975.

<sup>33</sup> *Tempo*, 14 de agosto de 1975.

sente Gabinete sabem, desde já, que não aquecerão o lugar, que nem valerá a pena emitir cartões de visita, que a sua saída está, logo à partida, marcada para breve”<sup>34</sup>. Sem entrar propriamente numa análise das características ou propostas do novo Executivo, o semanário opta, pelo contrário, por sublinhar repetidamente o seu carácter transitório e, por consequência, destaca a sua evidente fragilidade.

No que diz respeito a *O Jornal*, as suas páginas também divulgam as especulações em torno da formação do governo. Quer avançando com nomes e pastas que acabam por não se concretizar, quer dando conta de que se tratava de “um governo sem programa” ou ainda de figuras e partidos que recusaram integrá-lo. Mas o semanário faz também uma leitura acerca do que poderia ser a sua atuação e, por isso, não deixa de referir que, depois da formação do Diretório, o Executivo “terá um papel bastante menos importante a desempenhar do que os anteriores”. A acompanhar o artigo, duas fotografias com os militares que representavam as duas principais vias políticas em cima da mesa: Melo Antunes e Vasco Gonçalves. A legenda apontava já para novos capítulos de divergências, sabendo-se que os “moderados” preparavam um documento alternativo à política de Vasco Gonçalves. “As divergências atingiram o ponto de rutura”, lia-se em baixo das fotografias<sup>35</sup>.

Uma semana depois, é o «Documento dos Nove», por um lado, e a carta aberta de Mário Soares a Costa Gomes, por outro, que dominam *O Jornal*. O V governo era já referido como sendo de “transição”<sup>36</sup>, mas só na edição seguinte surge com mais propriedade. Salientadas algumas das suas primeiras medidas – nacionalização da CUF, redução do preço dos adubos, créditos concedidos às Câmaras Municipais, apoios aos “retornados” de Angola, etc. – o periódico considera que “parecem corretas”, mas coloca dúvidas quanto à sua eficácia para a superação da crise. Sendo um governo “de transição”, são “muito precárias as condições políticas” para que consiga “definir e executar um programa de fundo, global e coerente, de reconstrução económica”<sup>37</sup>. Não tomando uma posição clara – a favor ou contra – o novo Executivo, nem por isso *O Jornal* deixa de salientar a sua fragilidade perante o desafio de retirar o país da crise que atravessava. Para trás ficara o “processo folhetinesco da [sua] formação”, como escreve Cáceres Monteiro<sup>38</sup>.

No dia 9, como seria de esperar, o «Documento dos Nove» e o V governo provisório também dominam o *Expresso*. O tom elogioso com que a proposta dos

<sup>34</sup> *Tempo*, 14 de agosto de 1975.

<sup>35</sup> *O Jornal*, 1 de agosto de 1975.

<sup>36</sup> *O Jornal*, 8 de agosto de 1975.

<sup>37</sup> *O Jornal*, 15 de agosto de 1975.

<sup>38</sup> *O Jornal*, 8 de agosto de 1975.

militares moderados é referida é evidente, podendo aferir-se uma convergência de posições entre o jornal e os «Nove». Assim, segundo o semanário, “dando provadas de um realismo positivo, os nove signatários (...) revelam com clareza que não é apenas nos meios civis, mas também no setor militar, que se enfrentam sobretudo duas concepções de revolução, de socialismo e de sociedade”. Para as explicar, o texto coloca em oposição o «Grupo dos Nove» e Vasco Gonçalves e a fação a ele ligada:

Melo Antunes e os seus camaradas optaram e optam pela «formação dum amplo e sólido bloco social de apoio a um projeto nacional de transição para o socialismo», «construído em pluralismo político», «inseparável das liberdades, direitos e garantias fundamentais». Vasco Gonçalves e os partidários da sua linha escolheram e continuam a escolher, pelo contrário «o modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental». A maioria do povo português estará, embora com variantes, muito mais próxima da primeira (...) <sup>39</sup>.

Publicando, na sua revista, o «Documento dos Nove» na íntegra, o *Expresso* confere também amplo destaque à tomada de posse do novo governo, insistindo nas dúvidas quanto ao seu êxito e sublinhando que se trata de “um projeto de executivo em discordância com a maioria das forças políticas nacionais”. “Um governo provisório numa situação que se deteriora, albergando (o governo) no seu interior, os gérmenes em grande parte de obstar a tal deterioração” <sup>40</sup>.

É ainda publicada a carta aberta de Mário Soares a Costa Gomes defendendo um governo de salvação nacional. Tal como o *Tempo*, também o *Expresso* conferia bastante relevo à figura do Presidente da República, apesar de não concordar com o facto de ter mantido o Primeiro-ministro no poder: “uma das personalidades que tem segurado no cargo o general Vasco Gonçalves é o Presidente da República, o homem que tenta manter o equilíbrio entre os extremos” <sup>41</sup>.

Na semana seguinte, o semanário reforça a sua opinião, sendo óbvia a profunda divergência relativamente ao novo Executivo e a Vasco Gonçalves, “já largamente contestado ao nível de alguns partidos e de largas camadas do povo”. Para o *Expresso*, os problemas permaneciam ou agravavam-se e a solução encontrada por Costa Gomes estava longe de ser a que mais se adequava às necessidades do país. Por isso, a imagem transmitida continua a ser bastante negativa:

<sup>39</sup> *Expresso*, 9 de agosto de 1975.

<sup>40</sup> *Expresso*, 9 de agosto de 1975.

<sup>41</sup> *Expresso*, 9 de agosto de 1975.

Como seria de esperar, essa crise não se atenuou pelo simples facto da tomada de posse do V governo provisório. Antes pelo contrário. A própria definição de “governo de passagem” que dele foi feita pelo Presidente da República acentuou o seu carácter precário, a sua vida limitada no tempo, os seus objetivos reduzidos à mera adoção de medidas pontuais de alcance conjuntural. Portanto, a crise continua<sup>42</sup>.

Posto isto, a solução torna-se clara para o *Expresso*. Era necessário substituir o governo e afastar o Primeiro-ministro: “a simples formação de uma nova equipa dirigente já constituiria um fator positivo no desanuviamento das relações MFA-Povo”<sup>43</sup>. Algo que acontecerá cerca de um mês depois, visto que um novo governo provisório toma posse a 19 de setembro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com todas as suas particularidades, estes três semanários foram intervenientes ativos no processo revolucionário. Constituíram-se, sem dúvida, como atores políticos e as suas páginas refletiam isso mesmo. Quanto à cobertura destes acontecimentos feita pelos três periódicos é possível constatar o protagonismo concedido ao PS (a estratégia do partido de mediatização da sua atividade tem eco nestes jornais), através, por exemplo, de entrevistas e do amplo destaque conferido ao secretário-geral socialista, Mário Soares.

Salienta-se também as críticas dos semanários, ainda que por vezes veladas, ao PCP, cuja política chega a ser relacionada com os regimes políticos cubano e chileno (substancialmente mais notória no *Tempo* e no *Expresso*). A radicalização PS/PCP não deixa de estar presente. O *Tempo* e o *Expresso* são claramente mais interventivos – e, portanto, mais subjetivos – do que *O Jornal*. O *Tempo* chega mesmo a propor, num editorial, a criação de um governo apartidário, além de criticar abertamente Vasco Gonçalves e de elogiar Costa Gomes.

O tom crítico relativamente ao Primeiro-ministro e aos seus governos é visível nos três jornais. Já quando ao «Documento dos Nove», surgem como inquestionáveis apoiantes da via nele contida, acreditando ser a melhor solução para o país naquele momento. Em suma, algo parece evidente e comum aos três títulos: todos defendiam um rumo político para o país que estava em consonância com

<sup>42</sup> *Expresso*, 15 de agosto de 1975.

<sup>43</sup> *Expresso*, 15 de agosto de 1975.

o que era sustentado pelas forças vitoriosas das eleições de abril de 1975 (e, portanto, pela maioria dos cidadãos eleitores), que era claramente a via da legitimidade democrática.

## BIBLIOGRAFIA

- Borrat, H. (1989). *El periodico, ator politico*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Djick, T. (2005). *Discurso, Noticia e Ideologia. Estudos na Analise Critica do Discurso*. Porto: Campo das Letras.
- Figueira, J. (2007). *Os Jornais como Atores Políticos – O Diário de Noticias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Figueira, J. (2012). *O essencial sobre a imprensa portuguesa: 1974-2010*. Coimbra: Angelus Novus.
- Figueira, J. (2014). Caso Republica. A morte de um jornal cansado de lutar. In: Rezola, M.I. et al. (Coord.) *A Revolução nos Media*. Lisboa: Tinta-da-china.
- Gomes, P. M. (2014). *Os Saneamentos Políticos no Diário de Noticias no Verão Quente de 1975*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Gomes, P. M. (2015). A Revolução de Abril e a liberdade de imprensa em Portugal: a contestação ao 'Projeto Jesuino' em 1975. *Revista Brasileira de Historia da Midia*. 4, 1: 73-84.
- Gomes, P. M. (2018). *Jornais, Jornalistas e Poder: A Imprensa que nasce na Revolução e as lutas politicas de 1975*. (Tese de Doutoramento em Historia Contemporanea não publicada). FCSH-NOVA, Portugal.
- Lima, H. (2017). A Imprensa na 3.<sup>a</sup> Republica. In: Sousa, J. P. et al (Org.) *Uma Historia da Imprensa Lusófona*. Vol. II. Lisboa: Media XXI.
- Mesquita, M. (1987). O Caso Republica ou o Símbolo Destruído. *Cadernos de Imprensa*, 1.
- Mesquita, M. (1994). Os Meios de Comunicação Social. In: Reis, A. (Dir.) *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Rebelo, J. (1994). Imagens de um pretérito imperfeito. In: Mesquita, M. et al. (Orgs.) *O 25 de Abril nos Media Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Reis, A. (1994). O Processo de Democratização. In: Reis, A. (Dir.) *Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Reis, A. (1999). O Partido Socialista e a defesa da democracia representativa pluralista. In: Rosas, F. (Coord.) *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. Lisboa: Colibri.
- Rezola, M. I (2006). *Os militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- Ribeiro, N. (2002). *A Radio Renascença e o 25 de Abril*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Seaton, J. et al. (1983). The Portuguese media in transition. In: Maxwell, K. (Dir.) *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*. Connecticut: Greenwood Press.
- Telo, A. J. (2007). *Historia Contemporanea de Portugal. Do 25 de Abril a atualidade*, Vol. I. Lisboa: Presença.